

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE**

**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS: TRADUÇÃO,
INTERPRETAÇÃO E ENSINO DE LIBRAS**

SANDRA REGINA ALMEIDA SANTOS

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 PARA
SURDOS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

ARACAJU – SE

2018

SANDRA REGINA ALMEIDA SANTOS

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 PARA
SURDOS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para obtenção do título de Especialista em Tradução, Interpretação e Ensino de Libras.

Prof^a. Esp. Alessandra Rezende dos Santos Andrade

Prof^a. Ms. Mônica Maria Soares Rosário

Sandra Regina Almeida Santos

Aprovada com média:

Aracaju, Abril de 2018.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. BREVE RELATO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	8
2.1 No Brasil.....	9
2.2 Em Sergipe.....	10
2.3 Em Itabaiana.....	11
3. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS.....	13
4. OS TRÊS MOMENTOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS DO ENSINO NO AEE PARA SURDOS:.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 PARA SURDOS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Sandra Regina Almeida Santos¹

RESUMO

Este trabalho discute o ensino de Língua Portuguesa para os surdos e, no qual enfatiza a Língua de Sinais como língua materna (L1) do sujeito surdo e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2). Com os objetivos de saber a importância do ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos e também poder conhecer as metodologias apresentadas e utilizadas para que esse ensino aconteça de maneira satisfatória e eficiente, e obtenha resultados positivos. Apresenta um breve resumo da história dos surdos no ambiente educacional e os seus avanços tanto através de Lei quanto na escolarização. Também traz as metodologias que podem ser utilizadas para o ensino da Língua Portuguesa. Remete uma abordagem especialmente no ensino da Língua Portuguesa através do ensino da leitura de textos, estimulando as ideias cognitivas dos alunos, fazendo com que eles desenvolvam os sentidos das palavras. E a importância da valorização e do respeito da língua de sinais em ambiente escolar.

Palavras-chave: surdo; ensino de Língua Portuguesa; valorização da Língua de Sinais.

¹ Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

THE TEACHING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE AS L2 FOR THE DEAF: A BIBLIOGRAPHIC STUDY

ABSTRACT

This work discusses the teaching of Portuguese Language to the deaf and in which emphasizes the sign language as a mother tongue (L1) of the subject deaf and the Portuguese Language as a second language (L2). With the goals of knowing the importance of the teaching of Portuguese Language as a second language to the deaf and also can meet the methodologies presented and used for this teaching happen satisfactorily and efficiently and get results positive. Provides a brief summary of the history of the deaf in the educational environment and their advances through both Law and education. It also brings the methodologies that can be used for the teaching of Portuguese Language. Refers an approach especially in the teaching of Portuguese Language through the teaching of reading texts, stimulating cognitive ideas of students, causing them to develop the senses of the words. And the importance of the appreciation and respect of sign language in school environment.

Keywords: Deaf: Portuguese Language teaching; development of sign language

1. Introdução

Os surdos possuem uma língua, identidade e cultura, assim como todos os povos. Ao longo dos anos as pessoas com surdez se destacaram principalmente pela forma de comunicação, pois utilizam a comunicação espaço-visual, ou seja, eles comunicam-se através da visão e de sinais realizados no espaço. Segundo o IBGE (2017), no Brasil existem aproximadamente 9,7 milhões de deficientes auditivos, esse número representa 5,1% da população brasileira.

Campos (2014) conceitua o sujeito surdo como sendo:

O surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social. A língua de sinais permite ao ser surdo expressar seus sentimentos e visões sobre o mundo, sobre significados, de forma mais completa e acessível. (CAMPOS in LACERDA; SANTOS, 2013 p.48).

A educação sempre foi a parte mais deficitária para os surdos, já que, antigamente os surdos eram considerados seres não educáveis justamente pelo fato de não possuírem o sentido da audição. Podemos relembrar que em lugares como a China os surdos eram lançados ao mar, em Esparta eram jogados do alto dos rochedos, isso tudo para que não se reproduzissem e para não correr o risco de nascerem mais indivíduos surdos.

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis (SENECA *apud* WIKIPEDIA, 2008).

Esta pesquisa está voltada para o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para surdos, fundamentada na lei nº 10.436, de 24 de abril, a qual reconhece a Libras como a língua materna (L1) das pessoas surdas brasileiras. Questiona-se: De acordo com as leis vigentes como deve ser o ensino da Língua Portuguesa para pessoas com surdez? De que forma a L2 é deve ser ensinada na sala de AEE? Quais as maiores dificuldades dos alunos na aquisição da L2? Procuraremos

respostas para essas perguntas de acordo que sejam satisfatórias em relação ao ensino da L2.

Nessa perspectiva os objetivos deste trabalho consistem em: saber a importância da L2 no universo do sujeito surdo; e conhecer na prática as metodologias de ensino de Língua Portuguesa para estudantes surdos. Os autores que mais contribuíram para as pesquisas feitas foram: DAMÁZIO (2007), em relação os três momentos pedagógicos para o ensino do sujeito com surdes, com atenção voltada para o ensino da Língua Portuguesa; SALLES (2001); QUADROS (1997), nas questões de interações de língua e linguagem.

Para alcançarmos os objetivos delimitados neste projeto, foi preciso adotar o método qualitativo, já que se designava observar de que forma a língua portuguesa deve ser ensinada para pessoas com surdez. Dessa maneira, a investigação que desenvolvemos está calcada em materiais e métodos de pesquisa que nos oferecem informações e reflexões sobre o tema selecionado. Para que esse desenvolvimento fosse realizado de maneira satisfatória, realizamos a princípio, uma revisão teórica a partir da (re) leitura de livros de autores que focam em estudos das metodologias aplicadas durante o ensino de língua portuguesa para surdos. Utilizamos também como fonte de pesquisa outros trabalhos já publicados sobre a temática selecionada.

A partir do estudo metodológico do assunto proposto, buscamos o entendimento das problemáticas que giram em torno da dificuldade do aprendizado da língua portuguesa como L2 para os surdos. Portanto, para cumprirmos com os objetivos propostos neste trabalho, realizamos um estudo bibliográfico. Com isso, houve contribuição para a compreensão da problemática exposta, e ajuda no desenvolvimento da educação dos surdos na nossa sociedade.

No primeiro capítulo, foi apresentado um apanhado geral da educação dos surdos no mundo, Brasil, Sergipe e Itabaiana. No segundo capítulo, aborda o ensino de Língua Portuguesa para surdos. O terceiro capítulo, enfatizamos os três momentos pedagógicos do AEE, focando no 3º momento, que retrata o atendimento educacional pedagógico de Língua Portuguesa.

2. Breve Relato da Educação de Surdos

Durante muito tempo, o surdo foi visto como uma pessoa desprovida de conhecimento, já que não possuía a habilidade da fala, também não era considerado um ser pensante, assim sendo, improdutivo socialmente. A surdez era vista como algo ruim que precisava de cura. “Acreditava-se que o pensamento não podia se desenvolver sem a linguagem e que a fala não se desenvolvia sem a audição: quem não ouvia, portanto, não falava e não pensava” (STREIECHEN, 2012, p. 13).

Uma das maneiras usadas para contornar essa “deficiência” era a prática da oralização. A educação era direcionada somente àqueles surdos de classe privilegiada, e mesmo para esses, o método adotado era o oralismo, pois o uso de sinais era proibido, e precisavam receber as informações através do canal auditivo e da leitura orofacial (LACERDA, 1998). O surdo era obrigado a oralizar, mesmo que fosse um caminho doloroso e insatisfatório, pois muitos deles não conseguiam realizar os exercícios orais e muito menos aprender através desse procedimento.

No século XVIII, o Abade Charles-Michel de l'Épée² percebeu que os surdos se comunicavam através de uma linguagem e passou a estudar essa forma de comunicação. Então, L'Épée notou que a comunicação era realizada com a ajuda de dois sentidos: a visão e o tato, ou seja, a comunicação era visual-gestual.

Foi a partir do estudo dessa forma de comunicação já existente entre os surdos que L'Épée desenvolveu a sua metodologia educacional com essa comunicação viso-gestual. O Abade criou também uma instituição, a qual era o próprio patrocinador. Nela, ele recebia pessoas que não possuíam a audição para poder ensiná-las sobre o método desenvolvido. Ele também colocou em destaque que essa nova forma de aprendizagem deveria ser repassada aos educadores de maneira que promovesse a interação entre a comunidade surda e ouvinte. Dessa forma, o trabalho realizado por L'Épée ganhou repercussão em grande parte da Europa.

² O Abade Charles-Michel de l'Épée foi um educador filantrópico francês do século XVIII, que ficou conhecido como "*Pai dos surdos*".

2.1. No Brasil

A educação dos surdos no Brasil teve início em 1857 quando D. Pedro II inaugurou o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Strobel (2008, p.89), “deduz-se que o imperador D. Pedro II se interessou pela educação dos surdos devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d’Eu), marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, ser parcialmente surdo”. Strobel (2008) narra que o professor surdo francês, Ernest Huet, foi convidado por Dom Pedro II, com o intuito de fundar uma escola para surdos. Dois anos após a chegada do professor Ernest Huet, foi inaugurado, no dia 26 de setembro de 1857, o INES. Mesmo sendo uma escola somente para surdos do sexo masculino, esse avanço contribuiu para novas conquistas em relação à educação dos indivíduos surdos.

Ernest Huet teve bastante dificuldade para lecionar no INES. Segundo Strobel (2008) isso foi consequência da desconfiança dos pais dos alunos surdos, pois os mesmos não o aceitavam como cidadão, e tal pouco, confiavam em seus métodos pedagógicos. O autor ainda relata que Huet por motivos pessoais teve que se ausentar do INES após cinco anos lecionando, assim diretores ouvintes tomam posse da direção do Instituto Nacional da Educação de Surdos.

No entanto, com sob direção de ouvintes (muitos deles não tinham conhecimento sobre a educação de surdos), o Instituto passa a incentivar a oralização e o treino da leitura orofacial, assim tomando novos rumos. “A educação do surdo no Brasil adquiriu o caráter oralista, o qual luta até hoje para se livrar.” (MOURA, 2000, p. 83). O INES tornou-se um dos principais centros de referências de educação e formação de surdos no Brasil.

Através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a LIBRAS foi decretada a língua de sinais do Brasil. Assim como as diversas línguas, ela não é universal. No entanto, essa língua vem gradativamente ganhando seu espaço no Brasil, isto se dá devido à luta que a comunidade surda vem empreendendo para comprovar que eles também têm uma cultura e uma língua que lhe é própria, e, assim como nós ouvintes, uma língua materna, que nesse caso seria a língua brasileira de sinais, classificada como primeira língua L1 e a língua portuguesa classificada como segunda língua L2.

Para Quadros (2006)

A língua de sinais é uma língua espacial-visual e existem muitas formas criativas de explorá-la. Configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos do corpo, espaço de sinalização e classificadores são alguns dos recursos discursivos que tal língua oferece para serem explorados durante o desenvolvimento da criança surda e que devem ser explorados para um processo de alfabetização com êxito. (QUADROS, p. 26, 2006).

Após a conquista da Lei que decreta a Libras a língua dos surdos no Brasil, aconteceram outras conquistas, dentre as quais estão:

- **2004:** Lei que determina o uso de recursos visuais e legendas nas propagandas oficiais do governo;
- **2008:** Foi instituído o Dia Nacional dos Surdos (26 de setembro);
- **2010:** Lei que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras;
- **2015:** Publicação da Lei Brasileira de Inclusão, que trata da acessibilidade em áreas como educação, saúde, atendimento, cultura, trabalho etc.;
- **2016:** Anatel publica resolução com as regras para o atendimento das pessoas com deficiência por parte das empresas de telecomunicações.

2.2. Em Sergipe

No ano de 1990, a educação em Sergipe passou a sofrer uma considerável queda no número de alunos matriculados no ensino regular, com isso aumentando o número de analfabetos no estado. E se o ensino de pessoas consideradas “normais” não ia bem, não seria diferente com pessoas com algum tipo de deficiência. Nessa classe de pessoas com deficiência estão os surdos, que sempre sofreram na busca pelo conhecimento no mundo e no Brasil, e não seria diferente no estado de Sergipe. Eles tiveram que passar por grandes dificuldades até que conseguissem um espaço tanto no mercado de trabalho como no ambiente escolar.

Em 1921, o senador sergipano Carvalho Neto propôs a criação de escolas voltadas para o ensino de alunos com necessidades especiais, mas o projeto não entrou em vigor, dando continuidade a precária situação da educação daqueles que possuem tais deficiências, inclusive os surdos. Somente após a década de 60 é que o governador

Luiz Garcia reabriria o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, o qual, a priori, atendia indivíduos com deficiência visual, e que com o passar do tempo, começaria a atender também os indivíduos surdos, dessa forma abrindo o caminho para a educação dos sujeitos com necessidades especiais.

Já em 1965 foi inaugurado o Núcleo de Educação Especial (NEE) e em 1990 foi renomeado para uma Divisão de Educação Especial (DIEESP), sendo um órgão que faz parte da Secretaria de Estado de Sergipe (SEED). Outra instituição de ensino em Aracaju é o IPAESE (Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe) que foi fundada no ano de 2000 por um grupo de pais de crianças surdas. Os pais buscavam uma instituição que pudesse dar a atenção que seus filhos precisavam, pois muitos já estavam em fase avançada de idade e muito atrasados em relação à educação, adotando assim a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O IPAESE foi um grande avanço para o Estado de Sergipe em relação à educação especializada dos surdos, abrangendo muitos alunos e com muita procura de vaga, não somente de alunos que moram na região aracajuana, mas a procura é também de muitos indivíduos do interior do Estado.

Outra escola que merece destaque pelo ensino de surdos e deficientes auditivos em Sergipe é a Escola Estadual “11 de Agosto”, localizada no bairro Getúlio Vargas na capital aracajuana. A escola foi inaugurada na década de 70 a partir do Decreto nº 3.017 de 14 de janeiro de 1975, e era composta de classes especiais para deficientes auditivos e mentais. A primeira gestora da Escola Estadual “11 de Agosto” foi a senhora professora Leilah Coelho Leite. Essa escola começou a educação dos surdos estimulando a aquisição da língua oral, com ajuda de fonoaudiólogos, só após alguns anos que a LIBRAS passou a ser usada nas salas de aula.

2.3. Em Itabaiana – Destaque para Escola Estadual Prof. Vicente Machado Menezes

Na cidade de Itabaiana no município de Sergipe, a educação dos surdos ganha destaque, principalmente na Escola Estadual Prof. Vicente machado Menezes, antigo CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança ao Adolescente). Em 1997 ela atendia turmas de 1º ao 8º ano e apenas uma turma especial com alunos surdos. Havia uma professora recém-chegada que observou o relacionamento entre os alunos surdos e os ouvintes, e achou aquela circunstância um tanto preconceituosa e exclusiva, já que

ela percebeu que os alunos podiam interagir e se comunicar. Após alguns anos trabalhando nessa escola, essa mesma professora foi convidada para lecionar na turma de alunos especiais, e foi aí que ela resolveu tomar algumas medidas para poder ajudar na interação desses alunos. Para um trabalho da faculdade, ela resolveu usar como tema justamente o que se passava naquela escola, ou seja, a exclusão dos alunos surdos, com o objetivo de tentar procurar meios para que o engajamento desses alunos fosse realizado no ambiente escolar.

O tempo foi passando e com ele vieram mais progressos em relação à educação dos surdos na Escola Estadual Prof. Vicente Machado. Em 2003 foi inaugurada a sala de recursos, professores passaram a atender também no período oposto aos que os surdos estudavam, assim podendo dar uma maior atenção a esse ensino. A sala de recursos é um auxílio extraclasse para o desenvolvimento dos alunos:

“As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-se para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar”. (ALVES, p.13, 2006)

Em 2007 a Escola Estadual Prof. Vicente Machado Menezes ganhou novas instalações, com uma estrutura bem melhor e bem mais adaptada para atender a quantidade de alunos da região. Eram 680 alunos para o Ensino Fundamental, Educação para Jovens e Adultos (EJA), além de um importante trabalho com a Educação Especial. (dados do site agencia.se.gov.br).

Já no ano de 2009 os alunos surdos da Escola Estadual Prof. Vicente Machado Menezes ganharam um intérprete em sala de aula, dessa forma melhorando o aprendizado e o entendimento desses indivíduos no ambiente escolar.

Nos anos seguintes a escola continuou recebendo alunos com deficiência, tanto no ensino regular como na sala de recursos, pois com advento da inclusão em 2010 as classes especiais foram extintas. Os alunos dessas turmas foram remanejados para o ensino regular. A sala de recursos passou a atender alunos de outras escolas, principalmente de cidades circunvizinhas e com deficiências diferentes. Hoje a escola possui inclusos sete alunos com necessidades especiais e na sala do AEE onze alunos,

um cego, oito surdos dois com baixa visão. Em seu quadro de funcionários, conta com dois intérpretes de Libras que trabalham nas turmas com alunos surdos.

No dia nacional do Surdo a escola conta com projetos que divulgam a educação desses alunos, e a mesma conta com a participação dos demais professores na ajuda desses projetos.

3. Ensino de Língua Portuguesa para surdos

A Libras é considerada a língua materna dos indivíduos surdos brasileiros, ou seja, ela é a primeira língua (L1) e, portanto, deve ser prioridade na vida desses sujeitos. A Língua Portuguesa é a sua segunda língua- (L2). O ensino da L2 na modalidade escrita é uma tarefa nada fácil para os educadores, assim como não é uma atividade fácil para os educandos com surdez, pois existem formas da Língua Portuguesa que não são existentes na Língua de Sinais Brasileira.

Libras, como as outras línguas de sinais, não tem um sistema de escrita largamente adotado, embora existam algumas propostas, como a SignWriting, que estão sendo usadas em algumas escolas e publicações. Na falta de uma escrita própria, a libras tem sido transcrita usando palavras em português que correspondam ao significado dos sinais. Para designar que a palavra em português indica um sinal, é grafada convencionalmente usando letras maiúsculas. Por exemplo: LUA, BOLO. Os verbos: são usados no infinitivo. exemplo: LOJA, EU IR (WIKIPÉDIA, 2008).

Pode-se perceber que somente o uso da LIBRAS não permite que os surdos conheçam os significados de algumas palavras existentes no português. Mas também não se pode negar a necessidade de intermediação da L1 no processo de aprendizagem da L2. É pela junção das duas formas de língua que haverá uma construção do significado das palavras. Quadros (2005) sustenta que:

A Língua de Sinais também apresenta papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimento da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (QUADROS, 2005, p. 24)

Os professores tanto do ensino regular quanto os da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), precisam estar capacitados para atender as

dessemelhanças existentes dos educandos ouvintes e surdos, pois a cultura que carregam consigo são diferentes um do outro. Nota-se que na sala de aula, durante muito tempo, foram impostos aos surdos os mesmos modelos de atividades escolares que são direcionados para os ouvintes, assim sendo, como exemplos a serem seguidos, desconsiderando se esses meios estão tendo sucesso ou não no processo de aquisição do português como L2 para os alunos surdos.

Em consonância com os postulados da educação inclusiva, as escolas precisam estar adaptadas para poder acolher os alunos com deficiência. O aprendizado carece estar focado no potencial do discente, de maneira que suas limitações não sejam interpretadas como inabilitações para aprender ou desestímulo para o mesmo. Dessa forma, é primordial que haja um ensino de qualidade e um respeito, principalmente, na diferença linguística e cultural que o surdo apresenta.

A aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita é um processo demorado e difícil para os sujeitos surdos, justamente pela diversidade linguística e cultural existente nas Libras.

Um dos meios para o ensino de Língua Portuguesa para surdos pode ser desenvolvido através da prática da leitura, uma vez que, quanto mais se lê, mais aprende e desenvolve um leque de palavras. Para o aluno ouvinte essa prática da leitura pode ser realizada de duas formas: oral e silenciosa. Mas para o aluno surdo só existe uma opção que é a silenciosa. Em relação ao ensino através da leitura, Quadros enfatiza:

Os conteúdos devem ser trabalhados na língua nativa das crianças, ou seja, na Libras. A língua portuguesa deverá ser ensinada em momentos específicos das aulas e os alunos deverão saber que estão trabalhando com o objetivo de desenvolver tal língua. Em sala de aula, o ideal é que sejam trabalhadas a leitura e a escrita da língua portuguesa [...] (QUADROS, 1997, p. 32).

E quanto mais recurso o texto possuir, maior será o engajamento desse aluno surdo na compreensão da leitura.

Segundo o PCN (1997):

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modalizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece a matéria-prima para a escrita: o que escrever. por outro, contribui para a constituição de modelos: como escrever. (PCN, 1997, p.40).

Salles *et al.* (2005, p. 24) preconizam que “a importância atribuída ao texto está exatamente em percebê-lo como instrumento fundamental nas e das práticas sociais”, mas, mesmo não havendo orientação dos PCN sobre o ensino do português como L2, essa prática pedagógica pode ser apoiada sem perder os outros aspectos relevantes. Em correlação ao ensino dos surdos, Salles *et al.* (2005) enfatiza que:

Embora os surdos não tenham o português como língua materna, estão inseridos em boa parte dessa cultura lingüística: os nomes das ruas, das praças, das lojas, a propaganda, o extrato bancário, o cartão de crédito, de aniversário, de natal, constituem apenas uma pequena parte do grande universo que são as práticas sociais fundadas no letramento. E o texto escrito é ferramenta básica de comunicação entre surdos e ouvintes (SALLES *et al.*, 2005, p. 25).

Segundo Garcez (2001:24), existem algumas condições para que a leitura seja eficiente, que são: Decodificação de signos; Seleção e hierarquia de ideias; Associação com informações anteriores; Antecipação de informações; Elaboração de hipóteses; Construção de pressupostos; Controle de velocidade; Focalização da atenção; Avaliação do processo realizado; Reorientação dos próprios procedimentos mentais.

Salles *et al* (2005) (p. 21) a leitura como fator fundamental no ensino de português escrito para o ensino da Língua Portuguesa como língua estrangeira, exige uma preocupação maior, já que o professor terá que situar o aluno surdo no contexto do assunto do texto, e para isso será preciso utilizar a Libras como base e depois inserir o português propriamente dito.

Quadros e Schmiedt (2006, p.19) observam que a Libras é ensinada como se fosse:

[...] língua de instrução e o Português é ensinado como segunda língua na sala de aula das turmas das séries iniciais do ensino fundamental. Nas demais séries, há a Língua de instrução, mas há a presença de intérpretes de Língua de Sinais nas salas de aula e o ensino de Língua Portuguesa, como segunda língua para os Surdos, realiza-se na sala de recursos.

Com isso confirma-se a importância do ensino da Língua Portuguesa para os surdos, pois eles têm a necessidade de conhecer mais profundamente a língua que eles utilizarão com frequência quando não estiverem com pessoas de sua comunidade. Fica de responsabilidade do professor da disciplina o interesse de conhecer a cultura surda e respeitá-la, assim colocando em prática através de leituras que ajudem no desenvolvimento do aluno, sem que o mesmo perca o intuito de promover a Libras

como L1. Sem esquecer que, assim como existem diferentes graus e modalidades de surdez, uma identidade e cultura muito diversificada das pessoas surdas, existem também diversos processos de aquisição da L2 e que nem sempre o nível de aprendizado dessa língua estará relacionado com sua identidade e tipo de surdez.

4. Os três momentos didáticos pedagógicos do ensino no AEE para surdos:

O ensino de alunos surdos é um trabalho que exige bastante empenho por parte dos professores envolvidos na preparação das aulas. Para que o aprendizado aconteça de maneira eficiente, propostas pedagógicas voltadas para a educação desses alunos são necessárias. Sobre tal assunto, Damázio (2007) enfatiza três momentos didáticos pedagógicos, e que esse trabalho precisa ser realizado em ambiente escolar bilíngue, de maneira que nele seja utilizada tanto a Libras quanto a Língua Portuguesa. A autora orienta que, aos alunos com surdez, o AEE deve ser ofertado em três momentos distintos, que são:

- Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Esse trabalho é realizado todos os dias, e destina-se aos alunos com surdez.
- Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo professor e/ ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais.
- Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa (DAMÁZIO, 2007, p.25).

Damázio (2007) coloca que “o planejamento do Atendimento Educacional Especializado é elaborado e desenvolvido conjuntamente pelos professores que ministram aulas em Libras, professor de classe comum e professor de Língua

Portuguesa para pessoas com surdez”. Entendemos que o planejamento das aulas deve ser elaborado de maneira coletiva para que envolva todos aqueles que fazem parte do ensino-aprendizagem do sujeito surdo. Necessitando haver um estudo, antecipadamente, de todos os termos que serão utilizados nessa língua, assim podendo expandir o vocabulário dos conteúdos que serão passados.

Em relação ao atendimento em sala de recursos, Damázio (2007) explica:

O Atendimento Educacional Especializado em Libras fornece a base conceitual dessa língua e do conteúdo curricular estudado na sala de aula comum, o que favorece ao aluno com surdez a compreensão desse conteúdo. Nesse atendimento há explicações das ideias essenciais dos conteúdos estudados em sala de aula comum. [...] Os recursos didáticos utilizados na sala de aula comum para a compreensão dos conteúdos curriculares são também utilizados no Atendimento Educacional Especializado em Libras. (DAMÁZIO, 2007, p. 29).

Na sala de recursos, o professor responsável pelo atendimento especial, trabalha utilizando os materiais didáticos que foram utilizados em sala comum, mas com uma diferença, o professor tenta ao máximo passar as informações principais dos assuntos estudados, mas no atendimento especializado esses assuntos são explicados na língua materna do aluno, ou seja, na Libras. E caso os materiais utilizados na sala do regular não sejam suficientes para a compreensão do indivíduo, é necessário recorrer de outros métodos para a compreensão do mesmo. Exemplo: o professor pode se utilizar de teatros, cartazes, jogos, etc.

Sobre o ensino de Língua Portuguesa no Atendimento Educacional Especializado, Damázio (2007) coloca:

O ensino é desenvolvido por um professor, preferencialmente, formado em Língua Portuguesa e que conheça os pressupostos linguísticos teóricos que norteiam o trabalho, e que, sobretudo acredite nesta proposta estando disposto a realizar as mudanças para o ensino do português aos alunos com surdez. (DAMÁZIO, 2007, p. 38).

O importante da sala de AEE para o ensino de Língua Portuguesa, é que o professor responsável pela sala trabalhe de forma que o aluno consiga desenvolver a competência gramatical ou linguística, assim como também a textual, para que possam ser aptos a estruturar sequências linguísticas coerentes.

Esse trabalho é realizado entre o professor da sala comum e o professor do AEE, e no decorrer do ano eles vão analisando o desenvolvimento dos alunos no aprendizado da Língua Portuguesa.

Neste atendimento, a professora de Língua Portuguesa focaliza o estudo dessa língua nos níveis morfológicos, sintático e semântico-pragmático, ou seja, como são atribuídos os significados às palavras e como se dá à organização delas nas frases e textos de diferentes contextos, levando os alunos a perceber a estrutura da língua através de atividades diversificadas, procurando construir um conhecimento já adquirido naturalmente pelos alunos ouvintes. (DAMÁZIO, 2007. p. 40).

Destarte, o sentido das palavras da Língua Portuguesa é trabalhado de forma contextualizada na sala de AEE, respeitando a estrutura gramatical da L2. O ideal é que essa aquisição seja desde a educação infantil até o ensino superior.

Como já foi dito anteriormente, o surdo por não possuir o sentido da audição, capta as informações por meio da visão, através de expressões corporais e faciais que dão significado a sinais correspondentes a uma determinada oração ou frase. E o surdo utiliza também uma gramática diferente que contém estruturas linguísticas diversificadas da do português. De acordo com Silva (2008, p.37-38),

[...] se por uma via, a questão do aprendizado da Língua Portuguesa é um dos temas mais discutidos no contexto da educação de Surdos, quando os ouvintes falam sobre as dificuldades dos Surdos em relação à leitura e à escrita em Português. Por outra, cada vez mais a língua de sinais vem se destacando como a língua mediadora de acesso ao conhecimento e, inclusive, como língua base no aprendizado da língua.

A partir das afirmações de Silva, observa-se que na aprendizagem da escrita e da leitura na língua portuguesa, os processos sofridos pelos discentes surdos nessa tentativa de aprendizado são divergentes dos processos pelo qual o aluno ouvinte passa. Sendo uma das maiores dificuldades encontradas na sua educação. Por ter uma leitura interior sem poder externar de forma oral, a princípio, a Língua de Sinais é que permite que o sujeito surdo construa os significados do contexto do que está sendo lido. Com o conhecimento mais profundo da Língua Portuguesa, o aluno poderá ter uma facilidade maior na identificação dos elementos que dará sentido a sentença. Assim, teremos um ensino bilíngue, juntando seu conhecimento de Libras e de português, aproveitando ao máximo todos os elementos construídos para uma boa compreensão de texto.

Compreende-se também que com o hábito da leitura e da escrita da Língua Portuguesa, os ouvintes e os surdos treinam os aspectos ortográficos e gráficos da referida língua.

Sobre a educação bilíngue, Quadros e Schmiedt enfatizam:

O ensino do Português pressupõe a aquisição da Língua de Sinais Brasileira -“a” língua da criança Surda. A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino- aprendizagem do Português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimento da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p.24).

Com isso, percebe-se que o ensino desses conceitos linguísticos faz com que o surdo se torne uma pessoa bilíngue, utilizando a Libras como L1 e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como L2, valorizando assim a sua língua materna. É de suma importância que o professor ministrante de tal sala busque métodos eficientes para a realização dessa aquisição, por meios de estratégias pedagógicas inovadoras e diferenciadas, estudos da cultura e identidade de comunidades Surdas, conhecimentos de autores-pesquisadores da aquisição do português, etc.

Por ser necessário, mas não obrigatório, que o aluno surdo saiba usar as regras gramaticais em seu texto para que a leitura seja feita de forma coerente, o professor da sala de Atendimento Educacional Especializado juntamente com o professor da sala comum tracem atividades que levem o aluno surdo a compreender os diferentes sentidos que as palavras podem ter e em diferentes contextos. Isso é feito de forma gradativa, e o ideal é que comece nos primeiros anos iniciais da escolarização.

Considerações finais

A educação e a inclusão dos surdos em relação ao espaço escolar são assuntos delicados que com o passar do tempo vem ganhando destaque e sofrendo avanços. A criação da Lei n º10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, garante aos surdos a educação da Língua de Sinais, assegurando um atendimento especializado.

Como já foi enfatizado a Língua de Sinais Brasileira é a língua materna dos surdos, ou seja, a primeira língua, e a Língua Portuguesa deve ser considerada sua segunda língua. De acordo com a lei da Libras, ela precisa ser valorizada nas escolas para que haja um bom desempenho dos alunos em relação ao ensino-aprendizado.

O terceiro momento didático-pedagógico do AEE mostra de forma clara e eficiente as metodologias adequadas para que os surdos se apropriem do português na modalidade escrita. Pois as metodologias devem ser diferentes das que são usadas para o ensino da Língua Portuguesa para os ouvintes.

“O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua...” (BRASIL, 2008, p.16).

O ensino da Língua Portuguesa para os surdos não é somente uma tradução das ideias da L2 para a L1, mas sim um processo paralelo de conhecimento e aprendizagem, na qual as duas línguas têm o seu papel fundamental nessa aquisição. Sem a valorização e o devido ensino dessas duas línguas, podemos perceber o fracasso que muitas escolas passam no decorrer da escolarização de surdos.

Conclui-se que tanto os professores das salas de ensino comum quanto os do Atendimento Educacional Especializado precisam estar preparados para o ensino da Língua Portuguesa como L2 para os alunos surdos. Eles precisam utilizar recursos pedagógicos durante as aulas, ou até mesmo fazer adaptação das atividades realizadas, facilitando a aprendizagem dos discentes com surdez. É de suma importância o professor da sala inclusiva, repensar suas práticas pedagógicas para oferecer um ensino que possa atender as diferenças existentes entre os sujeitos.

5 – Referências

ALMEIDA, R. K. C.; OLIVEIRA, J. B.G.; ALMEIDA, G. V. C. *A inclusão do surdo em Sergipe: o exemplo da Escola Vicente Machado em Itabaiana/SE*. São Cristóvão, 2012.

ALVES, Denise de O. *Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado*. Brasília: Ministério de educação, Secretaria de educação especial, 2006.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, regulamentada pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 1.ª a 4.ª série – Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997. v.1.

BRASIL. **DECRETO 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, Brasília, 2008.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) *Tenho um aluno surdo, e agora?: Introdução à LIBRAS e educação de surdos*. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 3, p. 37-61.

MOURA, Maria Cecília de. *O Surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997. 126 p. (broch.).

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p.

SALLES, H. M. M. L.; FAULTICH, E.; CARVALHO, O.; RAMOS, A. A. L. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos), Brasília: MEC, SEESP, 2005.

SILVA, S. G. L. *Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas as práticas pedagógicas*. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91989>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

SOUZA, V. R. M. *Gênese da educação dos surdos em Aracaju*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2007.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível: http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hist%C3%B3ria_dos_Surdos&oldid=12541674 Acesso em: 14 de Janeiro de 2018.